

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.161 - RJ (2020/0266240-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA**
ADVOGADOS : **RODRIGO MEYER BORNHOLDT - SC010292**
 JOÃO FABIO SILVA DA FONTOURA - SC026510
AGRAVADO : **AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E**
 BIOCOMBUSTÍVEIS
INTERES. : **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E**
 ESTATÍSTICA - IBGE

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA** contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IBGE. ANP. ROYALTIES DEVIDOS AO MUNICÍPIO. CRITÉRIOS DE GEOLOCALIZAÇÃO. LITISPENDÊNCIA.

1. O Município de São Francisco de Itabapoana pretende a reforma da sentença que julgou extinto o processo, na forma do art. 485, V, do CPC. Entendeu o d. Julgador que a presente ação era idêntica à ação nº 2009.34.00.038019-0, em trâmite no MM. Juízo da 9ª Vara Federal do Distrito Federal.

2. Ocorre a litispendência quando duas causas são idênticas quanto às partes, pedido e causa de pedir, ou seja, quando se ajuíza uma nova ação que repita outra que já fora ajuizada, sendo idênticas as partes, o conteúdo e pedido formulado (art. 337, §1º, §2º e §3º, do CPC).

3. É incontroversa a identidade entre as partes envolvidas nas duas ações.

4. O Município de São Francisco de Itabapoana discute a mesma questão nas duas ações, ou seja, se o IBGE deveria continuar traçando as linhas retas e as ortogonais a partir dos pontos apropriados definidos em 1986 ou, diferentemente, se deveria passar a utilizar os pontos apropriados definidos na legislação aplicável. Observa-se que, na ação n.º 2009.34.00.038019-0, utilizou-se como fundamento legal os Decretos n.º 1.290-94 e n.º 4.983-2004, eis que à época ainda não havia sido editado o Decreto n.º 8.400-2015 (que posteriormente revogou o Decreto n.º 4.983-2004), no qual se fundamenta a presente ação (processo n.º 01081739020164025101). Destaque-se que em ambas as demandas a causa de pedir é a mesma: a causa de pedir remota é o argumento quanto à equivocada fixação de “pontos

apropriados” pelo IBGE. A causa de pedir próxima é a consequência dessa equivocada fixação, ou seja, a alteração dos critérios para recebimento de royalties do petróleo pagos por determinação da ANP, acarretando prejuízos ao autor.

5. As demandas são idênticas, na medida em que o cerne da controvérsia cinge-se em se definir se o IBGE deve utilizar os “pontos apropriados” eleitos de acordo com sua expertise, a partir de uma discricionariedade técnica, ou os que foram definidos pelos decretos regulamentadores (o que altera os critérios para recebimento de royalties do petróleo pagos por determinação da ANP). Ou seja, a causa de pedir em ambos os processos é a equivocada fixação dos “pontos apropriados”, tanto a partir do Decreto 4.983/2004 quanto do Decreto 8.400/2015 (que posteriormente revogou aquele). Com efeito, independentemente do marco para a retroação dos repasses de valores devidos pela ANP (de acordo com o ajuizamento de cada demanda: nos presentes autos, cinco anos a contar do ajuizamento; na ação n.º 2009.34.00.038019-0, desde novembro de 2004), conclui-se que os pedidos são idênticos, pois visam à alteração pelo IBGE do critério de fixação dos pontos para a medição da proximidade com as áreas de produção, o que traria como consequência a integração do Município de São Francisco de Itabapoana como pertencente à Zona de Produção Principal do Estado do Rio de Janeiro (reenquadramento do Município) e alteração dos critérios para recebimento de royalties de petróleo.

6. A argumentação jurídica não é marco de individualização do pedido ou da causa de pedir. É vedado ao autor o desmembramento de sua pretensão através de ações distintas onde sustente teses diversas sobre o mesmo fato e para a obtenção do mesmo resultado.

7. Como bem destacado na sentença recorrida, independentemente do fundamento legal do pedido (Decreto n.º 1.290/94 ou seus sucessores - o n.º 4.983/2004 e o n.º 8.400/2015), ou do marco para a retroação dos repasses (que varia em relação à data do ajuizamento de cada demanda), os pedidos são idênticos (que o IBGE altere o critério de fixação dos pontos para a medição da proximidade com as áreas de produção e, com isso, os critérios para recebimento de royalties de petróleo). Nesse contexto, há que se acolher a preliminar de litispendência.

8. Sentença mantida. Verba honorária majorada para 11% do valor da causa atualizado, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015.

9. Apelação conhecida e desprovida.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação do art. 337, § 2º, do CPC, no que concerne à caracterização de litispendência, trazendo o seguinte argumento:

12. Como cediço, o reconhecimento de litispendência reclama que tramitem ações idênticas. Contudo, no caso em exame o objeto pretendido nas demandas é diverso, e os pedidos são também diferentes entre si.

13. Os temas versados nas ações são, de fato, contíguos. Em um e em outro caso o Município litiga com a ANP e o IBGE a respeito da projeção do território municipal sobre o mar, bem como sobre a sistemática aplicada para a apuração e pagamento dos royalties que são devidos ao erário municipal. Sem embargo, o objeto pretendido em cada uma dessas ações é totalmente distinto.

14. Na ação usada como paradigma (em trâmite perante a JFDF), o Município pleiteia especificamente sua inclusão na Zona de Produção Principal ZPP (inclusive indicando as coordenadas geográficas que balizam essa conclusão). Na presente demanda, a tutela pretendida é apenas para que se declare a aplicabilidade dos critérios estabelecidos, in fine, na Lei nº 8.617/93 e no Decreto nº 8.400/2015, com a determinação de que o IBGE e a ANP apliquem tais critérios (fls. 1.359).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu:

Percebe-se claramente que as demandas são idênticas, na medida em que o cerne da controvérsia cinge-se em se definir se o IBGE deve utilizar os "pontos apropriados" eleitos de acordo com sua expertise, a partir de uma discricionariedade técnica, ou os que foram definidos pelos decretos regulamentadores (o que altera os critérios para recebimento de royalties do petróleo pagos por determinação da ANP). Ou seja, a causa de pedir em ambos os processos, repita-se, é a equivocada fixação dos "pontos apropriados", tanto a partir do Decreto 4.983/2004 quanto do Decreto 8.400/2015 (que posteriormente revogou aquele). Com efeito, independentemente do marco para a retroação dos repasses de valores devidos pela ANP (de acordo com o ajuizamento de cada demanda: nos presentes autos, cinco anos a contar do ajuizamento; na ação n.º 2009.34.00.038019-0, desde novembro de 2004), conclui-se que os pedidos são idênticos, pois visam à alteração pelo IBGE do critério de fixação dos pontos para a medição da proximidade com as áreas de produção, o que traria como consequência a integração do Município de São Francisco de Itabapoana como pertencente à Zona de Produção Principal do Estado do Rio de Janeiro (reenquadramento do Município) e alteração dos critérios para recebimento de royalties de petróleo (fls. 1.322).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente